

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Alexandre de Castro Catharina 11

INTRODUÇÃO 19

Capítulo 1

A BUSCA SOBRE A FORMAÇÃO DA VERDADE JURÍDICA. UM BREVE RESUMO DO USO DO PODER DO DIREITO PROCESSUAL PENAL NA IDADE MÉDIA AO CONTEXTO ATUAL DO ESTADO BRASILEIRO NUMA SOCIEDADE RACISTA..... 29

1.1. O Empirismo Filosófico, Antropológico e Sociológico Influenciadores da Justiça no Brasil..... 38

1.2. O Iluminismo e o Princípio da Legalidade..... 51

1.3. Da Origem dos Precedentes no Direito Brasileiro 57

1.4. As Influências dos Sistemas do *Common Law*, do *Civil Law* e de Outros Instrumentos Estrangeiros para Formação do IRDR no CPC Brasileiro 64

Capítulo 2

TEORIA DO PROCESSO - SERIA CABÍVEL A APLICAÇÃO DO IRDR NO PROCESSO PENAL? 77

2.1. A Tênu e Fronteira de Atuação do Poder Judiciário entre Justiça e Política – O Ativismo Judicial no Processo Penal	85
---	----

Capítulo 3

CONCEITO DE IRDR E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 101

3.1. Requisitos para o Cabimento do IRDR	102
3.1.1 Da Efetiva Repetição de Processos e a Exigência de Processo no Tribunal	103
3.1.2 Mesma Questão de Direito	110
3.1.3 Risco de Ofensa à Isonomia e à Segurança Jurídica.....	120
3.1.4 Inexistência de Afetação de Recurso Extraordinário ou Especial Repetitivo.....	127
3.1.5 Instauração de IRDR em mais de um Tribunal Estadual ou Regional	128
3.2. A (In)Constitucionalidade da Regra de Competência Disposta no Parágrafo Único do Artigo 978 do CPC.	129
3.2.1 As Medidas de Adequação Procedimental de nossos Tribunais para Admissibilidade do IRDR...	132
3.3. Legitimidade para Propositura do IRDR no Processo Penal e a Democratização do Diálogo.....	151
3.4. A Suspensão do Processo Pendente e a Prescrição Penal	161
3.5. Causas de Modificação da Tese Vinculante	164

3.6. A Revisão Criminal e os Efeitos do Precedente Vinculante na Esfera Penal e Processual Penal..... 169

CONCLUSÃO..... 181

REFERÊNCIAS 187